

A crise na Educação

Editora Belitica

1984

Retrato do

3

Cr\$ 4.500

*a crise
na educação*



MANAUS, SANTARÉM, RIO BRANCO, BOA VISTA, MACAPÁ E PORTO VELHO Cr\$ 5.850

Mapa de sangue no campo



Elifas Andreatto
Eurico Andrade
Fernando Moraes
Flávio Andrade
Hélio Bicudo
Luiz Gonzaga Belluzzo
Mino Carta
Nirlando Beirão
Raimundo R. Pereira
Raymundo Faoro

Retrato do **BRASIL**

Diretor de Redação
Mino Carta

Editor
Raimundo Rodrigues Pereira

Consultores

Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA)
Gesner Oliveira Filho (Economia), Geraldo Mayrink
(Cultural), Vladimir Sacchetta (Fotografia)

Redação

Álvaro Caropreso, Armando Sartori, Flávio Die-
guez, Guerino Zago Jr., Marcos E. Gomes, Roni-
walter Jatobá, José Carlos Ruy (editor-
contribuinte), Ricardo Buono (revisão), Henilda
Amâncio (secretária)

Arquivo e Pesquisa

Maria Stella M. Gomes (chefe), Georgete Medleg,
Ida Bismara, Paulo Tomsic, Rita Gava Ruy, Wanda
Nestlehner (SP), Luciana Jaccoud, Luís Otávio T.
Assumpção (Brasília) *Fotos:* Nerci Ferrari (SP),
Paulo Cesar de Azevedo (Rio)

Arte

José Ramos Nêto (edição), Edson Cruz, José Anto-
nio Suzuki, Marcelo Leite de Barros

Colaboradores

Alcy, Cláudio Gottardi, Elenice Ferrari, Jayme Leão,
Jorge Ferrão, Júlio César Garcia, Maringoni, Mi-
cheline L. Cremonese, Otto Filgueiras, Paulo Ca-
ruso, Renato Pompeu, Rubem Grilo, Sueli Bordin
da Silva, Susana Camargo

Promoção

Paulo Barbosa (chefe), Ana Regina Rosa, Antonio
Carlos Queiroz, Marcos Guedes dos Santos.

Administração

Sonia M. M. Ferreira (chefe), João Prado (contabi-
lidade e advocacia), Irene Leão Barbosa, José A.
Magrini, José Carlos S. Brito, Maria Gonzalez
Thereza Dantas, Valter Martins

Circulação e Planejamento

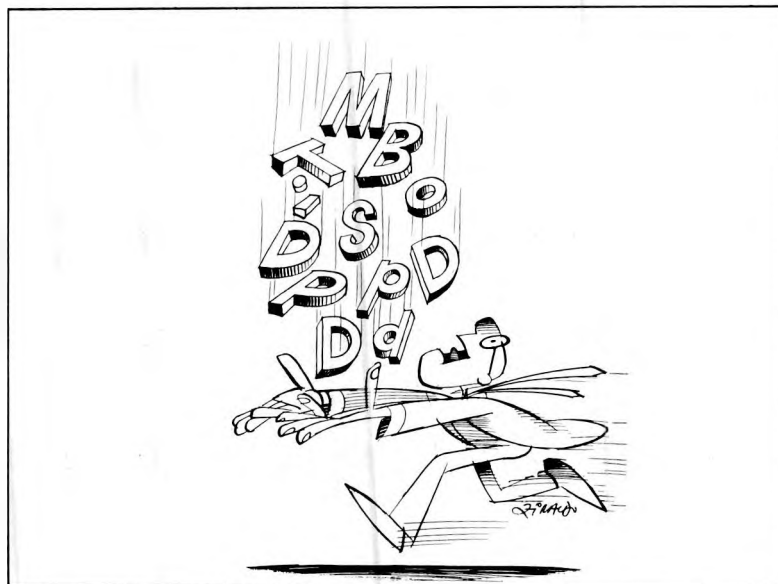
Antonio Martins Rodrigues (chefe), Amador Vi-
cente, Maria Lúcia Vieira, Mauro Lúcio Oliveira

Retrato do Brasil é uma publicação da POLITICA EDI-
TORA DE LIVROS, JORNAIS E REVISTAS LTDA. Reda-
ção: rua Engenheiro Aubertin, 216 - CEP 05068, Lapa,
São Paulo. Telefone: 832-2212. Composição, fotolitos e
impressão: oficinas gráficas do Grupo de Comunicação
Três, rua William Speers, 1.000, Lapa, São Paulo. Distri-
buição para todo o Brasil - Fernando Chinaglia Distribui-
dora S/A, rua Teodoro da Silva, 907, telefone: 268-9111,
Rio de Janeiro, RJ. Copyright 1984 POLITICA EDITORA
(Artigo 15 da Lei 5.988 de 14/12/1973)

Complete sua coleção:

Exemplares atrasados (ou assinaturas) devem ser pedidos
diretamente à Política Editora, rua Engenheiro Aubertin,
216, CEP 05068 - Lapa - São Paulo. Telefone: 260-
0949 (Dept. de Vendas)

PRÓXIMO NÚMERO



Política

O confronto entre partidos conservadores e reformistas
na história do País

Agricultura

A organização de entidades de trabalhadores rurais e
sua luta pela reforma agrária

Medicamentos

O domínio das multinacionais na indústria farmacêutica
brasileira

História

A constante revisão e os indícios de uma leitura
histórica mais ampla e democrática nos anos 80

Todas as terças-feiras nas bancas

A sua coleção

RETRATO DO BRASIL é uma coleção de 43 fascículos que, por meio de fotos, textos, depoimentos, gráficos, aprofunda o estudo dos grandes problemas nacionais, da Monarquia ao Estado Militar. As páginas internas das edições serão encadernadas em 2 volumes: vol. I: 1 a 22 (22 fascículos); vol. II: 23 a 43 (21 fascículos).

Com o término da coleção os encartes (páginas centrais) constituirão uma obra à parte, o volume III onde o leitor encontrará uma radiografia analítica do País, através de gráficos, quadros e tabelas, enquanto as terceiras e quartas capas formarão o volume IV, *Depoimentos*.

Com o fascículo 43 estarão, em todas as bancas de jornais, as capas para encadernar completamente a sua coleção. Junto à capa dura de cada volume, o leitor receberá material que enriquecerá a sua obra (índice, créditos de fotos e de textos).

CAPA: *ilustração de Agostinho Gisé*

A crise da educação

Com o Regime Militar, aumentou o número de alunos, em todos os níveis, mas o funil educacional mantinha-se como um sério problema, associado à má qualidade de ensino

À primeira vista, o Regime Militar instalado no País em 1964 podia apresentar, depois de 20 anos, números que indicassem resultados auspiciosos no campo da educação.

A taxa de analfabetismo caíra de 46,8% em 1960 para 32% em 1980 e a população em idade pré-escolar, praticamente desassistida na década de 60, viu as matrículas da pré-escola mais que quintuplicarem depois de 1970.

Enquanto a população aumentou cerca de 70%, entre 1960 e 1980, as matrículas do primeiro grau passaram de 8,4 milhões para 22,6 milhões — um aumento de 170%. As matrículas do segundo grau decuplicaram no mesmo período, chegando a 2,8 milhões.

Em 1980, havia mais de 1,3 milhão

de universitários no País, número dez vezes maior que em 1964, e os alunos de pós-graduação tinham multiplicado por 15 o seu número, chegando a 29 mil no mesmo ano.

Entre 1960 e 1980, triplicou o corpo docente do primeiro grau e quintuplicou o número de professores no segundo grau e nas universidades.

Na formação de pesquisadores de alto nível, no biênio 1970-71, 2.683 alunos concluíam o mestrado e apenas 87 terminavam o doutoramento. No início da década seguinte esses números tinham aumentado para 20.744 e 1.697, respectivamente — formavam-se 20 vezes mais doutores.

Em 1960, para cada mil alunos matriculados no primeiro ano do grupo es-

colar (atual primeira série do primeiro grau), 4,7 estudantes concluíam a universidade; em 1980, esse número já chegava a 34. E esta melhora era geral. Sempre tomando aquelas mil matrículas como referência, em 1960, 24,6 alunos terminavam o ginásio (equivalente a concluir a oitava série do atual primeiro grau) e 127 conseguiam isso em 1980. E quase quadruplicou (22,2 para 81) o número daqueles que concluíam o segundo grau (o antigo colegial). Entretanto, como a estrutura educacional atendia às necessidades de um determinado tipo de industrialização e desenvolvimento, atrelados ao capital estrangeiro e que excluía dos seus benefícios parcelas significativas da população, essa estrutura de educação refletia



as contradições e limites do “modelo” de desenvolvimento.

Um exemplo marcante é o caso das creches e instituições pré-escolares, que deveriam servir basicamente aos filhos das classes populares. Isso porque foram pensadas para compensar deficiências nutricionais e educacionais que prejudicariam o rendimento das crianças pobres nos primeiros anos de sua vida escolar.

Desde os anos 20, o movimento operário brasileiro inclui entre suas reivindicações a instalação de creches para os filhos das mulheres que trabalham. A Consolidação das Leis do Trabalho (1943) prevê a instalação de berçários nas empresas com mais de 30 mulheres empregadas, mas é notório o descumprimento dessa determinação.

Pressionadas pelos movimentos de mulheres, organizadas em comunidades de base e associações de bairros, que brotaram na década de 70, as prefeituras das grandes cidades brasileiras se viram forçadas a voltar suas atenções para esse problema até então esquecido. Em 1970, o município de São Paulo tinha apenas três creches mantidas pelo poder público e entre 1979 e 1982 construiu 120.

Nesse mesmo período se multiplicaram programas oficiais voltados para a pré-escola e organizações encarregadas de implantá-la — mas havia deficiências graves: em 1983, a Fundação Carlos Chagas registrou a existência, só no município de São Paulo, de 13 órgãos governamentais, federais, estaduais e municipais, aplicando 25 programas diferentes e desarticulados entre si. Com tudo isso, no início da década de 80, menos de 6% das crianças brasileiras na faixa de zero a seis anos recebiam algum tipo de atendimento pré-escolar. E mais: segundo a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio (PNAD) de



Nair Benedito/F4

A reivindicação por creches é tão antiga quanto os movimentos de trabalhadores no Brasil. E foi a partir dessa reivindicação popular, na década de 70 (acima) que a necessidade da pré-escola surgiu. Embora crescente, a educação pré-escolar nas décadas de 80 (abaixo à esq.) era de pequeno alcance e não privilegiava a população mais carente dela. E das crianças que ingressavam no primeiro grau, metade não chegava ao 2º ano (abaixo à dir.)



Nair Benedito/F4

1982, 37% das crianças atendidas provinham de famílias com renda mensal superior a cinco salários mínimos. Essas famílias, que em grande parte, a rigor, não precisariam desse atendimento, constituíram nesse mesmo ano de 1982 um total de apenas 24,1% das famílias do País.

O Mobral, “orgulho” do regime, tornou-se um fracasso

No campo do combate ao analfabetismo, o MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização), criado em 1970, foi por muitos anos ostentado como um dos orgulhos do Regime Militar. O MOBRAL pretendeu erradicar o analfabetismo adulto no País, mas, contrariando essas expectativas, o número de analfabetos com mais de 15 anos aumentou, passando de 15,6 milhões, em 1976, para 16,9 em 1981. Os 27,6 milhões de analfabetos que o Brasil possuía em 1960 se tinham tornado 32,8 milhões em 1980.

No plano internacional, as taxas de alfabetização do Brasil (74,5 adultos alfabetizados em cada grupo de 100) o colocavam ao lado de países como a República Dominicana (74). Sendo superado por países próximos como Argentina (95,5) e Uruguai (95), o Brasil ficava muito distante dos países desenvolvidos: Estados Unidos (99) e União Soviética (98,5).

Para o professor Alceu Ferrari, mestre em Sociologia da Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o MOBRAL não pode resolver o problema do analfabetismo e a solução surgirá “com melhor distribuição de renda, crescimento da urbanização e da produção interna. A aceleração do processo de alfabetização acompanhou, em linhas gerais, a concentração do desenvolvimento industrial”.



Repressão nas escolas

Aqueles professores e alunos que pretenderam discutir politicamente o que estava acontecendo com a educação brasileira e, criticando os caminhos adotados, quiseram propor soluções diferentes foram duramente reprimidos pelo Regime Militar.

O incêndio do prédio da União Nacional dos Estudantes (UNE), logo após o golpe militar de 1964, e a demissão em massa de professores da Universidade de Brasília, naquele mesmo ano, foram os marcos iniciais de um período negro para os membros da universidade.

Um indicador da violência com que o regime se empenhou em combater a organização e participação política dos estudantes brasileiros é fornecido pelo destino dos nove presidentes da UNE que tiveram suas gestões na década de 1960: Quatro foram presos, dois exilados, dois banidos e um deles — Honestino Guimarães — desapareceu em 1972.

A primeira tentativa de destruir as entidades autônomas dos estudantes veio com a Lei Suplicy de Lacerda (4.464/64), de 9 de novembro de 1964, que criava o Diretório Nacional dos Estudantes para substituir a UNE, os diretórios estaduais para o lugar das uniões estaduais (UEEs) e os diretórios acadêmicos, que fariam as vezes dos centros acadêmicos e grêmios.

A UNE e as UEEs foram tornadas ilegais pelo Decreto-Lei nº 228, de 28 de fevereiro de 1967, mas foi o Decreto-Lei nº 477 (26 de fevereiro de 1969), diretamente derivado do AI-5, que marcou todo um período de repressão e controle sobre a vida acadêmica.

Esse Decreto-Lei nº 477, previa como punição o afastamento da universidade, de três a cinco anos, de qualquer professor ou estudante que "incite ou colabore para a paralisação de aulas; organize comícios, passeatas ou desfiles não autorizados ou deles participe."

Entre 1969 e 1973, foram punidas diretamente com esse Decreto-Lei nº 477 um total de 263 pessoas, mas o mais importante é que ele foi sendo incorporado aos regimentos universitários, que se tornaram instrumentos antidemocráticos e repressivos.



O movimento dos excedentes — aprovados nos vestibulares que não tinham vagas nas universidades — teve grande força nos anos 60. Vinte anos depois, o regime tinha a sua solução: ampliou as vagas, apoiado sobretudo em universidades particulares

Os dados do Censo de 1980 confirmam essa visão, pois embora o índice de analfabetismo no Brasil estivesse na casa dos 32%, ele era de 18% nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro e de 17,3% no Rio Grande do Sul. Por outro lado, Estados como Pernambuco (50,2%) e Piauí (56,7%) tinham índices comparáveis aos que o Estado de São Paulo ostentava na década de 30.

Talvez o dado mais preocupante fosse constatar que, em 1981, sete milhões de crianças em idade escolar obrigatória (sete a 14 anos) eram analfabetas.

O Censo de 1980 já revelara que 7,5 milhões de crianças naquela faixa de idade estavam fora da escola. E os educadores paulistas, que avaliavam a situação do Estado em 1984, ao terem encontrado 500 mil crianças de sete a 14 anos analfabetas no Estado mais rico da Federação e tendo constatado que 10% dos alunos matriculados anualmente na primeira série da rede escolar abandonavam a escola antes de completarem o processo de alfabetização, concluíam pelo fracasso do atual sistema educacional. Percebiam que a escola fazia uma "seleção" social dos alunos por estar adaptada às necessidades da classe média e por ministrar um ensino que nada tinha a ver com a realidade das camadas populares.

Apesar das melhorias registradas, o "funil" da educação brasileira, no iní-

cio da década de 1980, ainda tinha um perfil altamente excludente. Praticamente a metade das crianças que entravam na primeira série do primeiro grau não chegavam à série seguinte. A UNESCO considera desastrosa a situação daqueles países onde entre cada mil crianças menos de quinhentas concluem o primeiro grau. No Brasil, esse número não chegava a 140.

Metade dos alunos abandona a escola já na primeira série

E se atentássemos para a qualidade do ensino oferecido nas escolas brasileiras, veríamos que ele se ressentia da brutal queda no poder aquisitivo dos professores brasileiros ao longo daqueles 20 anos. Um estudo realizado pela APEOESP (Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo) e pelo DIEESE (Departamento Intersindical de Estudos Econômicos e Sociais) mostrou que os professores do segundo grau do Estado de São Paulo tiveram seus salários reais reduzidos a praticamente um terço no período 1964-83 — o que explica o processo reivindicatório iniciado em 1978 e que culminou com a grande e vitoriosa greve dos professores paulistas no primeiro semestre de 1984.

O professor Hermes Zanetti, presidente da Confederação dos Professores



Banco de Dados/FSP

do Brasil, em depoimento na CPI da Câmara Federal que investigava os efeitos da reforma do ensino, em 1981, denunciou que 35% dos professores de primeiro e segundo graus em todo o Brasil trabalhavam sem nenhum vínculo empregatício. Registrou ainda que, no Rio Grande do Norte e no Piauí, havia professores recebendo salários equivalentes a 10% do salário mínimo.

Ocorria que, apesar de a ONU recomendar que os países em desenvolvimento dedicassem 25% de seu orçamento para a educação, a participação do Ministério da Educação e Cultura (MEC) no orçamento da União caiu de 10,6% em 1965 para 4,8% em 1981. Uma pequena melhora elevou esse índice para 6,1% em 1983.

No final desse mesmo ano de 1983 foi aprovada uma emenda constitucional de autoria do senador João Calmon (PDS-ES), garantindo 13% do orçamento da União e 25% da receita orçamentária dos Estados e Municípios para a educação. Mas as autoridades econômico-financeiras do governo federal tentavam manobrar, considerando gastos com educação aqueles consumidos com a educação militar oferecida pelos ministérios ligados às Forças Armadas, como a verba da Escola Superior de Guerra (ESG).

Em seu depoimento, Hermes Zanetti lembrava que as prefeituras eram responsáveis por 65% das escolas de pri-

Apesar de o presidente Médici ter festejado o Mobral (acima), o número de analfabetos aumentou no País após a fundação do órgão. Enquanto isso, o salário de Hélio Pereira (abaixo), professor em São Paulo, não dava para o ônibus, o que levou os mestres paulistas à greve em 1984 (pág. ao lado)



Banco de Dados/FSP

meiro grau em todo o Brasil, embora retivessem apenas 2% dos recursos recolhidos através de impostos.

O ensino profissional foi mais um passo em falso

Contraditoriamente, enquanto reduzia as verbas destinadas à educação, o Regime Militar tentou uma abrangente e ousada reforma em todo o segundo grau. Em agosto de 1971, em pleno "milagre econômico", durante o governo do general Médici, foi votada pelo Congresso Nacional, em regime de urgência (40 dias), com ameaça de o Executivo aprová-la pelo decurso de prazo, a Lei nº 5-692/71, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Sem consultar os maiores interessados (alunos, professores e pais), a reforma pretendia estabelecer a "profissionalização universal e compulsória" em todo o segundo grau. Esperava que todo o sistema educacional assumisse a função de preparar mão-de-obra para suprir as necessidades decorrentes do processo então acelerado de crescimento econômico. Ao mesmo tempo, pretendia desviar da universidade um público crescente, que ela não podia atender, na suposição de que muitos jovens se dirigiam à universidade por não haverem adquirido habilitação profissional no segundo grau.

Mas a lei foi implantada sem que as escolas contassem com recursos huma-

nos especializados, instalações apropriadas, equipamentos e laboratórios necessários à formação profissional dos alunos. Calculou-se que, se tudo isso viesse a ser implantado, haveria um aumento de cerca de 60% do custo por aluno de um curso secundário, num momento em que a participação das verbas do MEC no orçamento federal caía ano a ano. Impossibilitadas de cumprir a lei, as escolas passaram a adotar apenas formalmente as novas diretrizes.

Em vista disso, o governo tentou soluções conciliatórias, como a do parecer 76 de 1975 do Conselho Federal de Educação, que criou a possibilidade de as escolas oferecerem o que se chamou de profissionalização parcial. Na prática, isso passou a significar que as escolas apenas distribuíam as matérias do currículo tradicional com cargas horárias diferentes, adaptadas às áreas de profissionalização, além de algumas outras que supostamente orientariam o aluno na escolha de uma profissão. Em 1982, a Lei nº 5.692 foi extinta, num reconhecimento tácito do fracasso da iniciativa.

Um subproduto dessa lei foi a instituição da licenciatura curta, para formar professores polivalentes em cursos de três a quatro semestres, a pretexto de suprir deficiências locais e regionais de ensino. Proliferaram as faculdades de fim de semana, que jogaram no mercado de trabalho profissionais despreparados, que muito contribuíram para rebaixar mais ainda o nível do ensino.

Outra decisão que acarretou prejuízo para a qualidade do ensino médio foi a de unificar os exames vestibulares, em 1971, quando eles passaram a ser regidos por normas federais. Até então, cada escola fazia seu exame de acordo com suas próprias características. Com esse vestibular unificado, na base de testes de múltipla escolha e que até 1977 não incluía redação, todo o ensino ficou condicionado a preparar os estudantes para aquele tipo de prova.

Quanto ao ensino superior, o que se pôde observar é que o crescimento do número de vagas pareceu mais um inchaço com componentes doentes do que um desenvolvimento harmônico.

Dois terços dos universitários estão em escolas particulares

Em 1960, do total de universitários, 44,3% estudavam em escolas particulares; essa porcentagem passou para 66,5% em 1982. Isso quer dizer que o crescimento do número de vagas no ensino superior, que permitiu a grande melhora do "funil" da educação brasileira, se deveu em grande parte à privatização do ensino. E se sabe que o ensino privado se dá majoritariamente em escolas que dispõem de poucos recursos, não desenvolvem pesquisas e são administradas autoritariamente por seus proprietários.

Por outro lado, os cursos que mais se desenvolveram não estavam associados às principais necessidades do Brasil.

Num país que em 1984 se estimava haver mais de 80 milhões de desnutridos, cerca de 65% da população, só 2,3% dos universitários matriculados em 1982 faziam cursos ligados à área agrária e, dos 410 doutores que apresentaram sua tese em 1979, só 24 (5,8%) estavam ligados a essa área.

Órgão do MEC traça perfil do universitário brasileiro

Ao final dos 20 anos do Regime Militar, uma nova tendência parecia estar se consolidando. Um levantamento patrocinado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), órgão subordinado ao MEC, feito em 44 instituições no ano de 1983, traçou um surpreendente perfil do universitário brasileiro.

Esse universitário "médio" tem cerca de 30 anos, já está integrado ao mercado de trabalho e chega ao campus para "adquirir cultura geral" ou com a "expectativa de crescimento pessoal".

Se esse perfil for verdadeiro, todo o dispendioso aparato institucional concentrado no conjunto das universidades brasileiras estaria sendo colocado a serviço do esforço individual para a superação das grandes deficiências do ensino médio. Como o daquela candidata ao vestibular de 1984 que, fazendo um balanço dos resultados positivos de seu sacrifício em frequentar o "cursinho" preparatório, afirmou: "Agora eu já sei onde fica o Oriente Médio."



A poesia em progresso

Desde os anos 60, tem havido cada vez mais poetas e tem surgido grande número de bons poemas — mas o círculo de leitores tem continuado restrito

Quem tiver acompanhado o que andou acontecendo no campo da poesia brasileira a partir dos anos 60 certamente concordará que, vinte anos depois, muita coisa mudou para melhor. Há muito mais gente escrevendo, inclusive há mais textos de boa qualidade literária. Percebe-se uma abertura maior para o novo, um interesse maior por textos que sejam originais e incorporem as conquistas dos movimentos de vanguarda do século 20. O panorama é mais pluralista e quase acabou totalmente o sectarismo do começo dos anos 60, dos grupos fechados como o movimento concreto, a poesia-práxis, a vertente engajada ligada ao PCB, o poema-processo, etc. A quantidade de textos teóricos que esses movimentos produziram, justificando suas posições e pontos de vista, foi, num dado momento, maior que sua produção de obras especificamente poéticas.

Deve ser registrada a contribuição do Tropicalismo nesse processo de abertura e ventilação do ambiente e, dentro do Tropicalismo, a marcante presença do Torquato Neto, legítimo poeta maldito, neo-romântico, que se matou em 1972, na época do maior sufoco político e também cultural. Torquato deixou uma obra pequena, inconclusa, porém na qual se percebe o brilho de um imenso talento.

Apesar de sua breve duração, de apenas um ano, interrompida que foi pela prisão e exílio de Caetano Veloso, Gilberto Gil, a Tropicália deixou sua marca, abalando os alicerces de um determinado tipo de hiperintelectualismo e também as concepções demasiado simplistas do que venha a ser uma reflexão sobre a realidade brasileira.

Convém ressaltar que esta contribuição do Tropicalismo faz parte de um contexto mais amplo, de um processo de modernização cultural brasileira que durou dos meados dos anos 60 até o começo da década de 70, e que inclui a vanguarda nas artes plásticas (Hélio Oiticica, Rubens Guerchman, etc.), o cinema *underground* e experimental (principalmente Rogério Sganzerla e Júlio Bressane), espetáculos multimídia como os de Agripino de Paula, a atuação do Teatro Oficina e muitas outras

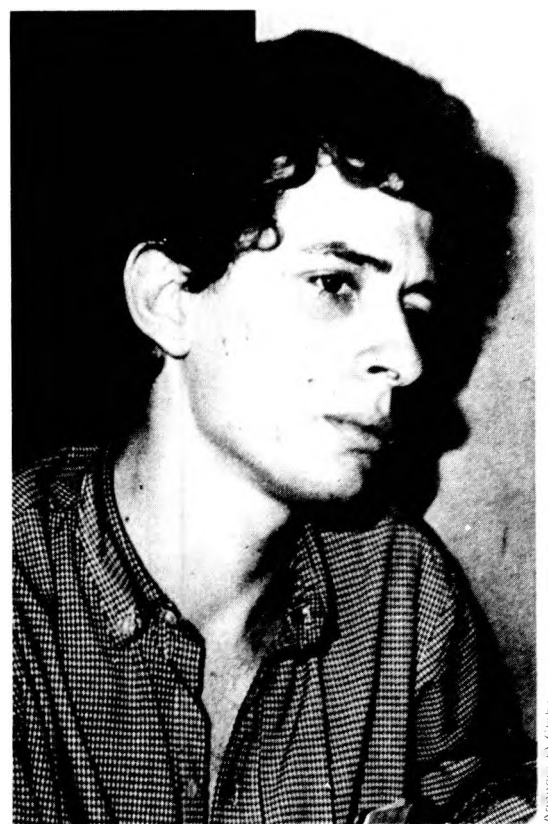
coisas. Tais manifestações, por sua vez, têm alguma conexão com a contracultura e o tipo de inquietação e interesse pelo novo que caracterizam os anos 60 em escala mundial.

Há ainda outras coisas boas a serem assinaladas a propósito da moderna poesia brasileira. Por exemplo, o aparecimento, de meados dos anos 70 para cá, de uma nova poesia feminina, correspondendo a um novo tipo de consciência da mulher, do seu posicionamento na sociedade e da sua relação com a linguagem. Podem ser citadas como exemplo dessa tendência, marcada por um texto informal, espontâneo e desinibido, autoras tão diferentes entre si, sob outros aspectos, como Ana Cristina César e Leila Miccolis.

Uma produção poética menos acadêmica e mais coloquial

De modo geral — e essa poesia de mulheres talvez seja um aspecto particular de um fenômeno mais geral — temos hoje uma produção mais atenta para a linguagem falada, menos acadêmica e mais informal e coloquial. É um equívoco, todavia, atribuir isso a um reflexo do tipo de criação literária feita no campo das letras musicais, ou então afirmar que os modernos poetas são os letristas como Antonio Carlos de Brito (Cacaso), Vilhena, Geraldo Carneiro e outros. Acontece apenas que a letra de música, uma vez veiculada em disco, tem uma circulação muito maior, atingindo muito mais gente. E, dos letristas que também se aventuraram à edição em livro, alguns provaram ser poetas genuínos (Geraldo Carneiro, por exemplo); outros, meros equívocos.

Mas, com tudo isso, com todos esses avanços, a poesia brasileira continua existindo mais como assunto, como pretexto para discussões literárias, do que como presença no mercado editorial. A verdade é que livro de poesia vende pouco — e não só no Brasil, mas no mundo todo. Acontece que, dada a anormal pequenez do nosso mercado editorial, aqui o vender pouco corresponde ao ostracismo, a ficar estocado depois de livrar-se do risco de ficar engavetado. A maior parte dos títulos pu-



Agência U. Globo

blicados são edições de autor, que não chegam às livrarias; ou, quando chegam, ficam um tempo na estante do fundo, em consignação, antes de serem devolvidos. O saldo da noite de autógrafos acaba sendo distribuído para os amigos do autor, críticos (que normalmente não tomam conhecimento) e eventuais leitores qualificados. E isto vale, inclusive, para textos da melhor qualidade.

A busca de circuitos alternativos tem algo de transitório, e o voo das edições "marginais" e independentes foi mais curto do que seria de esperar, embora alguns autores — como Ulisses Tavares e Nicolas Behr — possam gabar-se de ter vendido tiragens de até 30 mil exemplares dos seus poemas irreverentes, em versos curtos ou epigramas, numa linguagem atualizada, buscando a comunicação imediata com um público mais amplo.

Mas o ciclo da produção entrou em recesso e seus melhores representantes ingressaram no mercado editorial convencional: Ulisses, Touchê, Chacal (do grupo Nuvem Cigana do Rio de Janeiro), todos editados pela Editora Brasileira, de São Paulo.

O elenco de poetas contemporâneos brasileiros lançados por essa editora, a partir de 1982, é considerável, contribuindo para projetar nacionalmente nomes como Paulo Leminski, Francisco Alvim e Ana Cristina César. Esta,



Nani Goss/Abul Press



Agência O Globo



Agência O Globo

A produção da poesia brasileira, após 64, foi ampla e generosa: de Torquato Neto (na pág. ao lado), a Ana Cristina César (no alto), passando por Paulo Leminski (no alto à dir.) e Chacal (acima, à esq.) do grupo Nuvem Cigana

morta prematuramente em 1983 (suicidou-se), é de fato inovadora da nossa poesia, com seus fragmentos intimistas em prosa e versos cujo tom informal não escondem uma alta cultura literária na coletânea *A Teus Pés*.

Editora carioca contribuiu para divulgação da poesia

Outra grande editora que contribuiu para a divulgação da poesia foi a Nova Fronteira, do Rio de Janeiro, com sua coleção *Poesias*, dedicada só a este gênero, onde se destacaram Carlos Nejar, Neide Archânjo (*Escavações*), o carioca egresso do movimento praxista Armando Freitas Filho e, principalmente, a mineira Adélia Prado, com seus poemas e fragmentos em prosa combinando de modo original a captação do cotidiano (da sua cidade, Divinópolis), a religiosidade tradicional brasileira, o misticismo e a sensualidade.

Mesmo sem alcançarem esta divulgação em âmbito nacional, há autores que, nesse período, conseguiram o justo reconhecimento, por parte da crítica e da parcela mais esclarecida do público leitor. É o caso de Roberto Piva, certamente o mais consistente inovador da nossa poesia (*Paranóia*, *Piazzas*, *Vinte Poemas com Brocoli*, *Quizumba*, entre outros), marginalizado por um bom tempo. E, sem dúvida, Hilda Hilst, poetisa ligada à tradi-

ção da geração de 45, mas que a transeende (principalmente em *Da Morte - Odes Mínimas* e *A Obscena Senhora D.*).

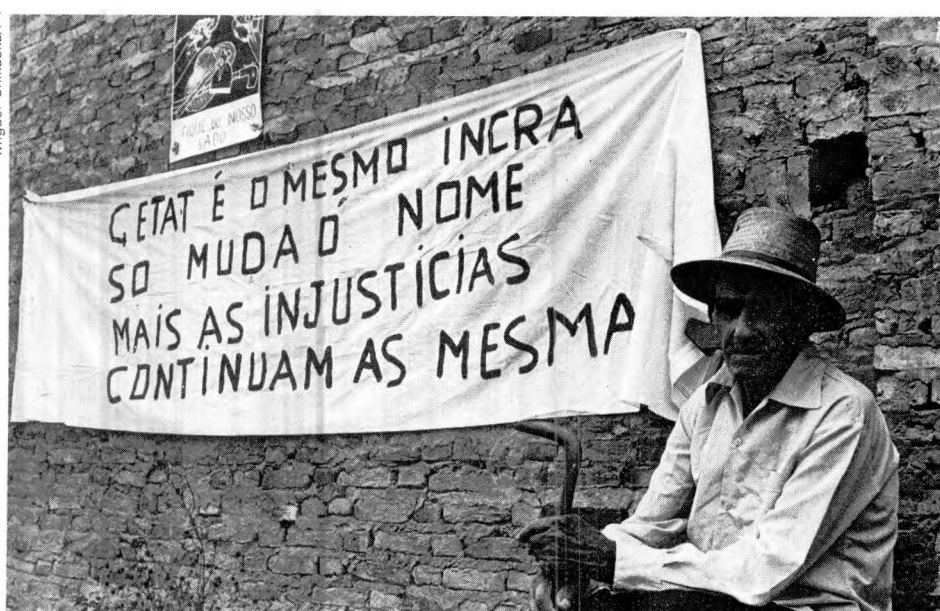
A propósito de Hilda Hilst e de Piva, cabe mencionar a tese, levantada recentemente, sobre a existência de uma geração 60, ou seja, de um movimento de poetas com características próprias surgido nesse período. A tese é discutível, pois implicaria juntar na mesma vertente autores com propostas tão distintas como os já citados Piva e Hilda Hilst, o carismático Lindolf Bell (que lançou o excelente *O Código das Águas*, pela ed. Global, sem a mesma repercussão da sua obra juvenil) ou então o texto apolíneo e contido de Renata Pallotini, o hiper-romantismo de Alvaro Alves de Faria, o intimismo de Eunice Arruda, o texto mais engajado de Eduardo Alves da Costa, e outros. Da mesma maneira, a discussão — suscitada principalmente pela pesquisadora Heloisa Buarque de Hollanda — sobre uma possível geração 70 também deve ser vista com restrições. Na verdade, a partir dos anos 60, iniciou-se um processo contínuo, marcado pela pluralidade de propostas e pela coexistência da continuação da tradição e da ruptura e inovação. Em meados da década de 80, faltava um maior apoio institucional, com mais revistas e suplementos literários, para que toda essa rica produção conquistasse seu público.

Cláudio Willer



Miguel Chikako/F4

Carlos Nambu/Abri Press



O general Venturini (à esq.), principal dirigente do GETAT, entregou títulos a posseiros do Araguaia. A militarização da questão agrária, no entanto, não satisfaz os homens do campo. À dir., o protesto numa igreja no ano de 1979

ORGANIZAÇÃO SOCIAL/DISTRIBUIÇÃO DE TERRAS: os conflitos da posse

Mapa de sangue

A história da propriedade da terra no Brasil é uma sucessão de brutalidades contra as massas que trabalham no campo, da extorsão ao homicídio

O processo de formação da propriedade da terra no Brasil foi marcado pela violência, pela imprecisão dos limites dos lotes; conseqüentemente, pela falta de garantia. A violência contra o índio, o primeiro dono da terra, foi o passo inicial para essa formação. Alguns autores — ignorando os índios — consideram que a terra no Brasil era obrigatoriamente propriedade da Coroa Portuguesa, com base no Tratado de Tordesilhas...

Somente entre 1822, pouco antes da Independência, e 1850, tendo sido extinta a aplicação da Lei de Sesmarias e não havendo outra lei sobre o assunto, houve alguma formação de propriedade pelo trabalho da terra — a terra para quem nela trabalha. Mas, a partir de 1850, com a Lei de Terras do senador Vergueiro, dispondo que as terras públicas só poderiam ser cedidas de forma onerosa e em hasta pública, ficou afastada a possibilidade de o verdadeiro lavrador, aquele que trabalha a terra e a faz produzir, tornar-se seu proprietário. Só os ricos e poderosos, em condições de oferecer melhores lances em leilão, poderiam tornar-se proprietários, ainda que nada produzissem e

apenas quisessem a propriedade para explorar o trabalho alheio.

Essa propriedade da terra, formada pela violência, precisava ser mantida: o registro das propriedades, inicialmente feito nas igrejas, passou para os cartórios. Mas estes apenas registram papéis — na maioria das vezes sem nenhuma ligação com a realidade da terra, sem preocupação com a identificação das glebas “registradas” —, em grande número de casos falsificados.

A força é a única garantia do direito à propriedade no campo

Com essa formação e com esses registros, não há a menor garantia para o direito de propriedade; apenas a força garante tal “direito”, e dele apenas os grandes e poderosos podem usufruir. É natural, portanto, o surgimento de conflitos pela posse de terra.

Fatos históricos, como as rebeliões de Canudos e do Contestado, são exemplos frisantes desses conflitos. Descritos, muitas vezes, como resultado apenas do fanatismo religioso, ou como reação de monarquistas contra a República, na realidade tiveram todos

eles em sua base a luta desesperada pela sobrevivência daqueles que necessitavam da terra para produzir e eram excluídos do direito de possuí-la.

Esses conflitos pela posse da terra intensificaram-se através dos tempos e a partir dos anos 80 deste século atingiram o clímax. Para esse agravamento concorreram vários fatores, como a abertura de novas áreas do País, a atração que essa abertura exerceu sobre os pequenos lavradores sem terra — e também sobre capitalistas — e a invasão do campo agrícola pelo capital.

A abertura de novas estradas, como a Belém-Brasília, a Transamazônica e a Perimetral Norte, atraiu, mesmo quando as estradas não passaram de simples tentativas fracassadas como a Perimetral, grande número de pequenos lavradores sem terras, esperançosos de se verem livres da exploração. Além de antigos pioneiros, novos lavradores surgiram, apossando-se de áreas de terra para seu trabalho. E essas posses, pela Constituição de 1891 e por todas as demais constituições que o País teve, davam aos posseiros o direito de registrá-las até 30 hectares (aumentados para até cem hectares pela Emenda Constitucional nº 10, de novembro de 1964), como propriedade. Mas nunca foi dada, a tais pequenos lavradores, qualquer oportunidade de conseguir tal registro, sendo intransponíveis as dificuldades levantadas em seu caminho pela burocracia.

Atrás desses desbravadores, vinham os grandes capitalistas nacionais e, o que é pior, internacionais, apoiados em seu dinheiro, nas falhas da lei, na falta

de registros das propriedades legitimamente constituídas pelo trabalho, e ainda mais nas "autoridades" sempre dispostas a apoiar o mais forte. E conseguiram expulsar antigos posseiros, uns mais recentes, de alguns anos de posse, outros antigos, com famílias vivendo até mais de um século nas terras.

Era natural que os conflitos se intensificassem. Além desses fatores citados, havia a absoluta falta de áreas livres para onde os lavradores pudessem deslocar-se, uma vez que, onde quer que fossem, logo que desbravassem a terra, apareciam os inevitáveis "donos" a expulsá-los. Essa falta de áreas livres forçava os posseiros a resistirem às expulsões recentes com mais energia do que faziam antes. Os modernos meios de comunicação, penetrando em todo o território nacional, também serviriam para de algum modo conscientizar o pequeno posseiro, que antes aceitava passivamente a expulsão, mas que agora sabia que tinha direitos sobre a terra e não devia abandoná-la sem luta.

Da prisão à morte, todo tipo de violência contra os lavradores

O desenvolvimento do sindicalismo rural, pela criação de novos sindicatos e pela conscientização dos trabalhadores, estimulado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas (CONTAG) e apoiado por instituições ligadas à Igreja Católica, como as Comissões Pastorais de Terra (CPIs), também contribuiu para que essa resistência fosse fortalecida.

Prisões de posseiros, assassinatos, expulsões de padres, toda espécie de violência foi adotada para impedir que pequenos lavradores tomassem conhecimento do simples fato de que são cidadãos brasileiros com direitos em sua terra.

Com o aumento da resistência, de um lado, e da violência, de outro, os conflitos se intensificaram.

Procurando conhecer e registrar a extensão desses conflitos pela terra, a Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA) iniciou, desde 1970, um levantamento dos conflitos surgidos no País. Nos anos de 1980 e 1981, esses levantamentos foram sistematizados e intensificados pelo Projeto Jurídico da Associação.

Em 1971 foram localizados 109 conflitos sendo mais numerosos na região Nordeste (45), seguida pelo Centro-Sul (34) e pelo Norte (30); já em 1976, eram 126 conflitos, sendo 85 no Norte (Amazônia), 21 no Centro-Sul e 20 no Nordeste. Em 1981, foram registrados nada menos que 896 conflitos, sendo a

As novas violências 1981 a 1984

"Junto com o crescimento dos conflitos em torno da terra e dos conflitos trabalhistas no campo, crescem as violências contra os trabalhadores. Em 1981, o Movimento Sindicalista Trabalhadores Rurais denunciou 26 casos de violência e, em 1982, 41. Em 1983, eles subiram para 134. Os assassinatos de dirigentes sindicais, assessores e trabalhadores em luta pelos seus direitos, que foram dez em 1980, 15 em 1981, 16 em 1982, foram 46 em 1983, dos quais 17 só no Estado da Bahia.

"Nos seis primeiros meses de 1984 já tivemos mais assassinatos do que durante todo o ano de 1980, 1981 e 1982. Entre janeiro e junho de 1984, foram assassinados no Brasil 21 trabalhadores rurais e líderes sindicais."

(Trecho do documento "A Estrutura Agrária e a Violência no Campo", apresentado por ocasião do lançamento da Campanha Nacional pela Reforma Agrária, em 3 de abril de 1984, e atualizado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, em junho de 1984).

grande campeã a região Norte, com 514, seguida do Centro-Sul (Centro-Oeste, Centro-Leste e Sul), com 192, e do Nordeste, com 190.

Evidencia-se o aumento dos conflitos nas regiões de fronteira de ocupação. Nas demais áreas também aumentam, mas é no Norte que esse aumento é mais violento.

Os Estados com maiores números de conflitos, em 1981, foram o Pará (185 conflitos) e Maranhão (134), na Amazônia; Bahia (97), no Nordeste; e Rio de Janeiro (60), no Centro-Sul.

Houve grande concentração de conflitos em alguns municípios, como Conceição do Araguaia, no Pará, com 46; Santa Luzia, no Maranhão, com 28; Vizeu, Oeiras e Marabá, todos no Pará, com 15 cada um, no ano de 1981.

Empresas, bancos e órgãos oficiais envolvidos nos conflitos

Nos anos de 1980-81, esses conflitos afetaram quase 1,2 milhão de pessoas, pertencentes a 365 mil famílias, e abrangeram pouco mais de 40 milhões de hectares de terras. Nesse mesmo ano foram registrados 518 feridos, sendo 297 no Mato Grosso, 73 no Pará, seguindo-se Maranhão e Paraíba, com 28 cada um. A ABRA aponta também 87 empresas, 27 órgãos oficiais e sete bancos envolvidos nos conflitos.

Em resposta a essa situação de violência, o Regime Militar tentou toda sorte de desvios — desde que não implicassem na solução real: a verdadeira reforma agrária.

Juca Martins/F4



Em Conceição do Araguaia, um ato público em homenagem a Gringo, líder dos trabalhadores rurais assassinado em 1981. Mais um capítulo de sangue na luta já secular e sempre mortal para dar a terra a quem nela trabalha

Dentre os desvios, sobressai a propaganda sobre a entrega de terras pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que vai das notícias de televisão até os discursos do presidente da República.

De acordo com os relatórios do general Figueiredo, durante o ano de 1984 foram entregues um milhão de títulos de terras pelo Regime Militar, através do INCRA. Esse milhão de títulos tão festejado, no entanto, não representa um milhão de novos lavradores assentados na terra, nem mesmo aproximadamente.

A legitimação das posses não se confunde com reforma agrária

Nesse total estão incluídas simples licenças de ocupação, anuências para a tomada de crédito rural, licitações de grandes glebas para capitalistas, além das autorizações a títulos concedidos a posseiros. Na realidade, esses documentos não criam novos lavradores, pois os posseiros já se encontravam na terra com ânimo de proprietários.

A legitimação das posses, transformando-as em propriedades, é uma medida justa, mas não se confunde com a reforma agrária, pois não cria novos lavradores; apenas confirma aqueles que já se encontravam nessas condições. Além disso, como se verifica na farta documentação publicada pelo boletim *Reforma Agrária*, editado pela ABRA, números 3 e 4 de 1984, os posseiros tiveram sistematicamente suas posses reduzidas, em favor da ocupação das terras por grandes empresas. Os cem hectares garantidos pela Emenda Constitucional nº 100, ao tempo do marechal Castello Branco, ficam reduzidos a áreas muito menores, às vezes de menos de dez hectares. Ao assinarem a contraprova dos documentos, os posseiros, em sua ingenuidade, estão renunciando à maior parte das terras a que teriam direito. E mais: nos documentos, reconhecem no INCRA ou outro órgão, o Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT), o direito de alterar a qualquer momento suas divisas e de transferi-los para outras glebas; ficando assim, sem qualquer garantia, espoliados do direito constitucional a uma área suficiente para sobreviverem.

Essa redução da área "titulada" dos posseiros tem duas finalidades principais: uma, deixar mais terras à disposição das grandes empresas, principalmente das múltis; outra, a criação de mão-de-obra barata para o trabalho nas grandes propriedades e nas multinacionais. Em cem hectares, a família teria condições de absorver toda a sua mão-

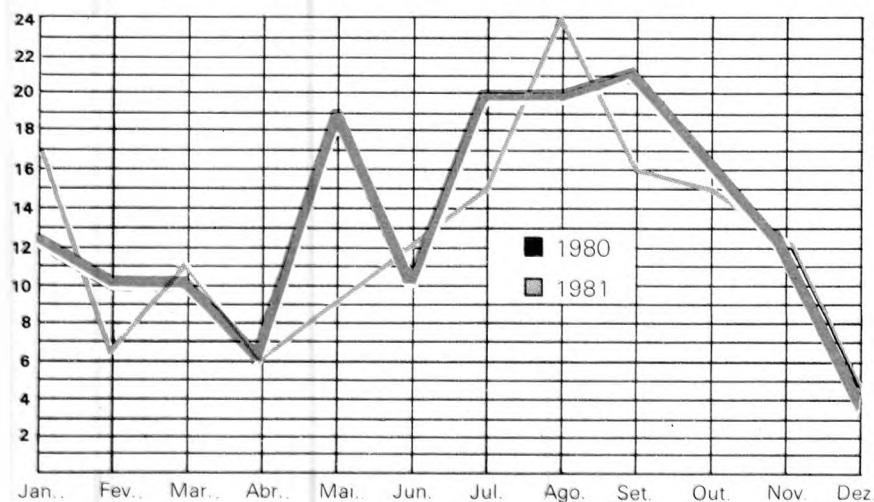
Os mortos pela posse da terra

Municípios onde ocorreram mortes em conflitos pela posse da terra (1980-81)



Como se pode notar pelo gráfico abaixo, o acirramento dos conflitos pela posse da terra – assim como a veiculação desses fatos na imprensa – se dá principalmente no período de preparo da terra e plantio; ou seja: quando a mão-de-obra não está ocupada na atividade de colheita.

Distribuição do noticiário sobre conflitos pela posse da terra (1980-81)



Fonte: Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA



Miguel Chikako



Oswaldo Barroso



Alcibiades Silva

A luta pela terra sempre foi marcada por manifestações populares. No alto, lavradores do Pará realizam ato no dia do trabalhador rural. Ao centro e acima, no Ceará: Caminhada Pela Libertação (Cratêus, 1954) e ato pela aplicação do Estatuto da Terra (Quixeramobim, anos 70).

de-obra por duas ou três gerações; em cinco, dez ou 20 hectares, com o crescimento dos filhos, em pouco tempo a propriedade já não absorverá toda a mão-de-obra, que, para não morrer de fome, irá trabalhar para os grandes proprietários vizinhos.

Outra resposta do governo, cercada de grande propaganda, foi a Lei de Usucapião Especial, ou de Usucapião Pro-Labore. Permitindo o usucapião sobre terras públicas, não existente anteriormente, e reduzindo o prazo para a conquista desse direito, essa lei criou condições aparentemente positivas para que se realizasse a conquista da propriedade pelo trabalho; mas são tantas as limitações a este direito incluídas na própria lei que raramente ela poderá ser usufruída. Por outro lado, nada foi feito para facilitar ao posseiro o requerimento desse direito, nem para prover as comarcas onde existem grandes áreas de terras devolutas de meios para processar e encaminhar tais requerimentos. O emperramento burocrático impedirá, praticamente, o funcionamento deste dispositivo legal.

Como válvula de escape, em alguns casos em que a pressão social se torna perigosa, o governo tem desapropriado algumas áreas de terra, entregando-as a verdadeiros lavradores. Mas tais desapropriações têm sido pequenas, insignificantes para influir sobre a viciada estrutura agrária do País. Servem, apenas, para desmobilizar grupos mais decididos de pequenos lavradores.

Ainda simulando querer intervir na estrutura agrária, o Regime Militar alterou os artigos do Estatuto da Terra que dispunham sobre o Imposto Territorial Rural (ITR), tornando-o muito mais rigoroso quanto à progressividade em função do tamanho da propriedade. A Lei nº 6.746, de 10 de dezembro de 1979, elevou essa progressividade a ponto de ter, teoricamente, a maior alíquota do imposto (14%), 700 vezes maior que a alíquota mínima (0,02%), enquanto no Estatuto da Terra essa variação era de 144 vezes. Só em relação ao tamanho da propriedade, sem considerar outros fatores, o Estatuto da Terra permitia uma variação de quatro, cinco vezes e a nova legislação, de 175 vezes. É uma lei muito boa; melhor mesmo, só se fosse aplicada.

Mas essa lei ultra-rigorosa, da mesma maneira que os artigos 59 e 60 do Estatuto da Terra, ficou no tinteiro. Os grandes proprietários simplesmente não pagam o ITR (em 1976, último ano em que foram publicados os dados do INCRA, antes da militarização do assunto, apenas 7% das guias de ITR emitidas para propriedades de mais de cem

mil hectares tiveram o imposto recolhido). De maneira que não há a menor diferença entre um imposto 144 vezes maior e outro 700 vezes maior. E não se tem notícia de qualquer ação, seja judicial seja militar, visando a forçar esse pagamento.

Finalmente, entre as medidas do governo visando a solucionar os problemas agrários, tivemos a militarização do assunto, com a interferência do Conselho de Segurança Nacional e a criação de órgãos como o GETAT, GEBAN e, finalmente, do Ministério Especial de Assuntos Fundiários (MEAF).

Como tudo no Brasil do Regime Militar, a alavanca para essa militarização foi a segurança nacional... Parece que os pequenos posseiros e proprietários do Araguaia-Tocantis representavam séria ameaça à segurança nacional; essa segurança ficou melhor assegurada com a entrega de enormes áreas a empresas americanas, japonesas, alemãs, etc.

A guerrilha do Araguaia, entre 1972 e 1975, foi talvez um dos fatores que influenciaram para essa militarização. No combate à guerrilha, os militares ti-

veram sua atenção voltada para aquela área e se interessaram por seus problemas. Além disso, as enormes riquezas minerais reveladas pelo Projeto Radar da Amazônia (RADAM) na região em torno da Serra dos Carajás despertaram a cobiça de outros países. Para permitir sua exploração pelas multinacionais, era preciso "limpar" a área.

A ação, além do aspecto propriamente militar contra a guerrilha, procurou envolver a população local, através de uma operação de assistência social. Daí à extrapolação política dessa ação, foi um passo.

A ação paternalista, ao lado das pressões, além do atendimento de pequena percentagem de posseiros (e em áreas minúsculas, como já se observou), representa tentativa de desmobilização dos posseiros organizados.

Os órgãos militares têm dado apoio aos grandes proprietários

Esta militarização teve também característica de verdadeira invasão do governo federal em áreas de autonomia dos Estados. O Estado do Pará teve mais de 75% de sua área de terras pú-

blicas transferidos para o governo federal.

Os órgãos militares (GETAT, Grupo Executivo para a Região do Baixo Amazonas – GEBAM – e MEAF) têm "reconhecido", de forma totalmente ilegal, supostos direitos de grandes proprietários e de empresas multinacionais sobre áreas que tentam "limpar" de posseiros. Aliás, isso tem acontecido, também, em áreas marginais ao São Francisco, junto às barragens, mesmo sem a militarização direta; os pequenos são expulsos pela construção das barragens e as terras nas margens das represas se tornam, misteriosamente, propriedades de grandes empresas, inclusive multinacionais. Nota-se aí claramente a transformação do poder público em mera extensão do poder de particulares bem-colocados.

Todos esses fatos, levando à concentração cada vez maior da posse da terra e à expulsão cada vez mais numerosa dos lavradores, explicam a multiplicação e o agravamento dos conflitos sobre terras.

*Carlos Lorena e
Maria Tereza Leopardi Mello*



No Araguaia, como em outras regiões do Brasil, as famílias de posseiros estão permanentemente armadas para defenderem suas terras, sempre ameaçadas pelo "direito" dos grandes às violências